

43º Encontro Anual da ANPOCS

SPG14 Gênero, Feminismos e Política

**A SEGUNDA MORTE DE MARIELLE E A SEGUNDA VIDA DO
ACONTECIMENTO: O PODER HERMENÊUTICO DA NECROPOLÍTICA**

Olívia Pilar
Pâmela Guimarães-Silva

Caxambu-MG
2019

A segunda morte de Marielle e a segunda vida do acontecimento: o poder hermenêutico da necropolítica ¹

Olívia PILAR²
Pâmela GUIMARÃES-SILVA³

Resumo

O artigo se propõe a entender o potencial de um acontecimento necropolítico para revelar as questões raciais e de gênero no Brasil, a partir da apreensão dos significados e dos sentidos presentes nas postagens póstumas e difamatórias sobre a vereadora Marielle Franco. Para tanto, construímos um referencial teórico em torno da articulação entre acontecimento, necropolítica, representação interseccionalidade e valores. Como a maior parte do material difamatório foi retirado do ar após ações judiciais, o *corpus* está ancorado na edição de 18 de março de 2018 do programa Fantástico, que dedicou parte de sua programação para tratar do assunto. Para fins metodológicos, tomamos cada um dos boatos citados no programa e investigamos: (1) quem são os autores, (2) qual é o conteúdo, (3) como foi a repercussão, (4) quais sentidos e valores são colocados em circulação e (5) o que esses sentidos e valores revelam sobre a sociedade brasileira. Concluimos que o vilipêndio da memória de Marielle Franco compõe um quadro de aniquilamento dos corpos negros. Essa dupla tentativa de apagamento e silenciamento carrega em si questões históricas que remontam ao mito da democracia racial e as políticas de embranquecimento da população brasileira, que tem como principais vítimas sujeitos que interseccionam diversas opressões.

Introdução

¹ Trabalho apresentado ao *SPG14 - Gênero, feminismos e política*, do 43º Encontro Anual da ANPOCS, realizado entre os dias 21 e 25 de outubro de 2019, em Caxambu-MG. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG (PPGCOM/UFMG). E-mail: oliviapilarsouza@gmail.com

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG (PPGCOM/UFMG). E-mail: pamelaguimaraes14@gmail.com

O objetivo deste artigo é entender o potencial que um acontecimento necropolítico tem para revelar as questões raciais e de gênero no Brasil, a partir da análise dos significados e dos sentidos presentes nas postagens póstumas e difamatórias sobre a vereadora Marielle Franco. Para tanto, em um primeiro momento, acionamos o conceito de *necropolítica*, a partir dos estudos de Achille Mbembe, por compartilharmos do entendimento de que o racismo é uma das práticas que ancoram a soberania do Estado na atualidade e que se revela predominantemente de forma genocida ao definir “quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2016, p. 123).

Em um segundo momento, apresentamos a vida e a morte da vereadora, a fim de mostrar que, mesmo que a violência contra os corpos negros seja sistêmica, a morte da parlamentar se destacou em diversas dimensões e segmentos sociais. Na terceira parte deste artigo, mostramos que por essa ocorrência ter tanto destaque, ela teve um poder hermenêutico — ou revelador. Com base nisso, agenciamos o conceito de *acontecimento* (QUÉRÉ, 2005) para nomeá-la.

Ao se tornar um objeto simbólico, o acontecimento pode ser apreendido por sua dupla dimensão de poder: o poder de afetação e o poder hermenêutico. Assim, na quarta parte deste artigo, demonstramos como é possível apreender esses poderes, a partir da análise dos significados e dos sentidos presentes nas postagens póstumas e difamatórias sobre Marielle Franco.

Nosso corpus de análise desses sentidos e significados é uma reportagem veiculada pelo programa televisivo, Fantástico, no dia 18 de março de 2018, que apresentou as notícias falsas veiculadas sobre a vereadora em redes sociais. E a nossa análise é dividida em cinco partes, que tem por objetivo descobrir: (1) quem são os autores, (2) qual é o conteúdo, (3) como foi a repercussão, (4) quais sentidos e valores são colocados em circulação, a partir desse conteúdo, e (5) o que esses sentidos e valores revelam sobre a sociedade brasileira contemporânea. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

Necropolítica

Nesse primeiro momento, acionamos o conceito de necropolítica para entender as relações de poder engendradas pelas sociedades e como isso impacta diretamente na vida e na morte dos cidadãos brasileiros. Cunhado por Achille Mbembe (2016), o termo deriva das e articula as noções de biopoder e biopolítica de Foucault, as quais apresentaremos brevemente a seguir. O conceito de biopoder foi cunhado por Michel Foucault entre os anos de 1974 e 1979, em diversas conferências.

Durante esse anos, Foucault toma como premissa a ideia de que o poder não é uma coisa que pode ser possuída ou extorquida, mas uma força que opera de modo capilar e difuso e que se espalha por uma rede de elementos, o que inclui diversos tipos de instituições, como: a igreja, a escola, a família, o hospital, a clínica, entre outras. Trata-se, então, de uma rede relações de força multilaterais (Foucault, 1999).

A partir desse entendimento, ele elabora a concepção de que o poder é atravessado pela gestão do biológico, como

as práticas, surgidas no ocidente moderno, voltadas à gestão e regulação dos processos vitais humanos. O poder sobre a vida instala-se como modo de administrar populações, levando em conta sua realidade biológica fundamental. Através dele, estabeleceu-se em nossas sociedades, desde o século XVII, um contingente significativo de conhecimentos, leis e medidas políticas, visando ao controle de fenômenos como aglomeração urbana, epidemias, transformação dos espaços, organização liberal da economia (FURTADO, CAMILO, 2016, p. 34).

Em 1978, ao ministrar um curso intitulado *Segurança, território, população*, Foucault, então, apresenta a definição de biopoder como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3). Em outras palavras, trata-se de quando o biológico pode ser e é utilizado como estratégia para execução do poder e da governabilidade.

Alguns anos antes, em conferências proferidas por ele, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ, em 1974, Foucault, já utilizava outro termo, a biopolítica. Nelas, ele defende que o capitalismo não resultaria em uma privatização da prática médica, mas em um aumento da presença da medicina nos espaços públicos. Essa dinâmica, por sua vez, resultaria em uma sociedade vivendo

um regime cuja uma das “finalidades da intervenção estatal é o cuidado do corpo, a saúde corporal, a relação entre as doenças e a saúde, etc.” (FOUCAULT, 2010, p. 171). O estado, assim, seria responsável por *fazer viver e deixar morrer*.

Essa definição também acaba por articular saber e poder, posto que a biopolítica se refere às manifestações do Estado através dos discursos e das ciências, manifestações essas que tem como objetivo legitimar as ações do estado e moldar os corpos dóceis para o capitalismo. Em síntese, tem-se que, para Foucault, a governabilidade do Estado — ações disciplinares —, se constitui pela ordem do saber, como forma de controle e produção discursiva, que tem como objetivo a normalização dos corpos.

Isto posto, entendemos que esses biopoder e biopolítica, dentre outros objetivos, tratam da manutenção da soberania do Estado para a regulamentação e controle da morte. Esse “controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros” (MBEMBE, 2016, p.128). Essa noção de que o Estado é uma via disciplinadora dos sujeitos, que determina quem deve viver ou deve morrer, é aprimorada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, como veremos nos próximos tópicos.

Os estudos de Achille Mbembe abordam as relações da sociedade a partir de uma vivência pós-colonial, e, muito provável por isso, sua análise dos conceitos de Foucault buscam abarcar o momento contemporâneo em que as antigas colônias se encontram. Como ressalta Fátima Lima (2018), as noções de biopoder e biopolítica são atualizadas na análise de Mbembe, que busca apresentar não mais o contexto europeu, mas sim das colônias africanas.

Diante disso, Mbembe questiona:

Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder? (Mbembe, 2016, p. 124).

Em seu ensaio intitulado *Necropolítica*, o filósofo entende que o conceito de biopolítica não é mais suficiente para compreender as ações do Estado enquanto

instituição que busca manter sua soberania. As ancoragens para pensar essa atualização estão nas noções de racismo e da prática da guerra. O primeiro delimita os sujeitos que devem viver ou devem morrer, o segundo encontra na escolha e aniquilação de um suposto inimigo, uma forma de se manter soberano.

A guerra, como ponto central nessa prática, tem sua base na história das colônias, em que a crueldade e o assassinato do Outro (sendo esse Outro o sujeito não-branco, da colônia), foram fundamentais para a manutenção do poder nas mãos dos colonizadores.

As guerras coloniais são concebidas como a expressão de uma hostilidade absoluta que coloca o conquistador contra um inimigo absoluto. Todas as manifestações de guerra e hostilidade marginalizadas pelo imaginário legal europeu encontraram lugar para reemergir nas colônias (MBEMBE, 2016, p. 134).

Assim, esse sujeito das colônias passa a não ser um sujeito, e sim um objeto. A noção de soberania então, para Mbembe, entende esse colonizado não só como um objeto e, portanto, aquele que passível de ter um dono e que os outros podem decidir seu destino, mas também como algo descartável. Isto é, para o autor, “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p.135).

Essa noção de que o Outro é descartável está intrinsecamente ligada à base do racismo, que cria uma divisão entre os sujeitos, colocando-os em subgrupos que podem ser caracterizados entre os que possuem valor para o Estado e os que são objetos e, portanto, não precisam estar vivos. A necropolítica, diferentemente da biopolítica que entende o Estado como disciplinador, busca, a partir das guerras, manter as instituições e políticas soberanas. Assim, a junção entre esses conceitos acaba por colocar os sujeitos totalmente subjugados às práticas do Estado. Esse cenário passa então a produzir máquinas de guerra, que podem ser tanto o Estado, quanto outros grupos e instituições que se dividem na tarefa de decidir “quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2016, p.123).

Isto posto, nos filiamos ao entendimento de que a “necropolítica é a política de morte, que remonta à colônia” (PELBART, 2018, p.15), é cruel e, não só decide quem vive e quem morre, mas que cria mecanismos para que o Estado não seja o único culpado, ao instaurar na sociedade geral a noção de que inimigos devem ser aniquilados.

Embora a necropolítica seja racializada, como aponta Mbembe, ela extrapola a noção de que somente pessoas negras são atingidas. Para Peter Pal Pelbart (2018), por exemplo, ela é uma política de extermínio que está diretamente posta para grupos marginalizados, que são considerados descartáveis, como favelados, pessoas LGBTQ+, imigrantes etc. Esses sujeitos não são vistos como dignos da vida e, portanto, estão à margem da sociedade, sendo alvo fácil para as máquinas de guerra.

Fátima Lima (2018) também ressalta o caráter universal da necropolítica, ao explicar que

a perspectiva necropolítica rompe as fronteiras dos países que passaram pelos processos de colonização e neocolonização e assume uma importância analítica numa agenda mundial onde podemos pensar em um devir negro do mundo onde a precarização da vida inclui não apenas as populações negras, mas também os não negros empobrecidos e cada vez mais precarizados (LIMA, 2018, p. 23).

Entretanto, para fins de metodologia e conexão com a pesquisa ao qual nos propusemos, vamos nos ater a necropolítica como chave de leitura para a sociedade brasileira, que é profundamente marcada pelo racismo. Para exemplificar e contextualizar a pertinência de tal conceito como operador analítico do contexto social e político brasileiro, basta pensar que, embora atualmente existam a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio, segundo informações do Atlas da Violência 2019⁴, entre 2007 a 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu em 29,9%, ao passo que para mulheres não negras o crescimento foi de 1,6%. Em números absolutos a diferença é mais notória, já que as estatísticas vão para 60,5% e 1,7%, respectivamente.

Esse cenário torna evidente que, embora as taxas de femicídio digam de todas as mulheres, há uma disparidade em quem é mais atingido. Ou seja, as conquistas legais não estão protegendo o grupo social mulheres negras e ao não tomar providências específicas para reverter esse cenário, o Estado está distribuindo a morte.

Outro importante exemplo para se entender a necropolítica na prática, é o genocídio da juventude negra. Como apontado também pelo Atlas da Violência 2019⁵, o número de pessoas assassinadas por armas de fogo cresceu em 6,8% entre 2016 e 2017,

⁴ Disponível em: <<http://bit.ly/2ktuaQB>>. Acesso em: 21 set. 2019

⁵ Disponível em: <<http://bit.ly/2kttOkR>>. Acesso em: 21 set. 2019

sendo que 59,1% das vítimas são homens de 15 a 19 anos. Os dados relativos a homicídios são ainda mais alarmantes, pois apontam que 75,5% das vítimas foram pessoas negras. E, desses 75,5%, 91,8% são homens negros e 55,0% homens negros entre 15 e 29 anos. Apesar de ter ocorrido uma redução no homicídio de pessoas não negras em 0,3%, o contrário não aconteceu: o homicídio de pessoas negras cresceu em 7,2%.

Lima (2018) aponta o sistema carcerário brasileiro, a população em situação de rua, as filas de emergência em hospitais e outros, como uma evidente caracterização da necropolítica no contexto brasileiro. Nós acrescentamos: é também no Brasil que pessoas negras jovens e crianças principalmente, são assassinadas⁶, chicoteadas⁷ e torturadas em supermercados⁸; são vítimas das balas *perdidas* nas favelas, ainda vestindo seus uniformes de escola⁹ ou por estarem dentro de uma kombi¹⁰; tem seus carros alvejados pelo exército *por engano*¹¹, ao se deslocarem para um chá de bebê ou ao saírem para comemorar o primeiro emprego¹²; perdem seus empregos ao denunciarem publicamente atos racistas¹³.

Desta maneira, este artigo tenta dar conta de nossas inquietações sobre as diferenças subjetivas entre a valoração da vida e da morte dos sujeitos brancos e como isso se articula com gênero. Para tanto, enfocaremos em um fenômeno necropolítico, a morte da vereadora Marielle Franco.

Marielle Franco: nascer, viver, morrer e continuar morrendo

Nascida em 1979 e criada no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, Marielle participou de um pré-vestibular comunitário e se graduou em ciências sociais na PUC-Rio com 100% de bolsa. Fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em que defendeu a dissertação “UPP: a redução da favela a três letras”, e trabalhou em instituições como a *Brazil Foundation* e o *Centro*

⁶ Disponível em: <<https://glo.bo/2kNRpVN>>. Acesso em: 22 set. 2019

⁷ Disponível em: <<https://glo.bo/2m6hu2E>>. Acesso em: 22 set. 2019

⁸ Disponível em: <<http://bit.ly/2mpJvIG>>. Acesso em: 22 set. 2019

⁹ Disponível em: <<http://bit.ly/2lZe8yd>>. Acesso em: 22 set. 2019

¹⁰ Disponível em: <<http://bit.ly/2kXHfIQ>>. Acesso em: 22 set. 2019

¹¹ Disponível em: <<http://bit.ly/2kMYLZE>>. Acesso em: 22 set. 2019

¹² Disponível em: <<https://glo.bo/2mpJ5N6>>. Acesso em: 22 set. 2019

¹³ Disponível em: <<http://bit.ly/2m6i5RW>>. Acesso em: 22 set. 2019

de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Se tornou mãe aos 19 anos e mantinha um relacionamento estável com a arquiteta Mônica Benício.

Ativista desde a juventude, após seu trabalho no pré-vestibular comunitário, Marielle Franco ingressou na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), coordenada pelo deputado federal Marcelo Freixo, do qual foi assessora parlamentar, e que seria fundamental para o ingresso de Marielle na política formal. Em 2016, foi eleita vereadora na Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, sendo a quinta mais bem votada com 46.502 votos. Discursou, pela primeira vez, no plenário da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, no início de 2017, com as seguintes palavras:

“A gente tem lado, tem classe e tem identificação de gênero (...). É dessa forma, a partir das soluções coletivas, que a gente vai traçar esse mandato. É isso que nos coloca enquanto mulher negra, origem na Favela da Maré, com o debate de valorização das identidades” (FRANCO, 2017).

Seu projeto, entretanto, foi interrompido, na noite de 14 de março de 2018, no bairro Estácio, região central do Rio de Janeiro, momento em que a vereadora foi assassinada. As informações divulgadas até o momento dão conta de que os criminosos, que estavam em dois carros, emparelharam com o da vereadora e efetuaram vários disparos. Marielle foi atingida por três tiros na cabeça e um no pescoço, o motorista do veículo em que ela estava, Anderson Pedro Gomes, levou três tiros nas costas. Ambos morreram.

Em seu curto mandato, a vereadora trabalhou de forma intensa, registrou 16 projetos de leis, participou de diversos encontros com a comunidade e mantinha seu foco nas pautas sobre: direitos humanos, defesa da população negra, combate à homofobia, feminismo fiscalização da atuação das polícias e, posteriormente, na tentativa de monitoramento da ação das Forças Armadas durante a intervenção decretada pelo governo Temer — tornando-se relatora da Comissão de Representação para representar a Câmara Municipal em Brasília para acompanhar a Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Embora tivesse uma atuação local, a repercussão da morte de Marielle se tornou um assunto mundial. Um levantamento feito pela Diretoria de Análise de Políticas

Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP) mostra que a morte da vereadora carioca teve enorme repercussão nas redes sociais. Em 19 horas – entre às 22h da quarta-feira (14) e às 17h da quinta (15) – foram registradas 567,1 mil menções no *Twitter*¹⁴.

Para além dessas manifestações, os principais veículos de comunicação do mundo noticiam a morte de Marielle, tais como o *New York Times*, a *ABC* e o *The Washington Post*. No *New York Times* o destaque foi a denúncia de Marielle sobre a morte do jovem Matheus Melo, de 23 anos, mesma linha seguida pelo Jornal britânico *The Guardian*. A televisão estatal *Televisión del Sur*, com sede na Venezuela, disse que Marielle fazia parte de uma geração de jovens negros que está tendo voz na sociedade e no Estado brasileiro. O site de notícias *News Deeply*, de Nova York, também destacou o assassinato de Marielle em sua página na internet e o jornal peruano *El Comercio* relatou que Marielle era uma dura crítica à intervenção federal na Segurança Pública do Rio.

Por ser esta uma ocorrência de destaque e com um grande poder hermenêutico — ou revelador —, agenciamos o conceito de *acontecimento* (QUÉRÉ, 2005) para nos referimos ao assassinato de Marielle. Embora o racismo e sua lógica homicida seja algo presente em nosso dia a dia, a repentina e brutal morte de Marielle escancarou a (não) valorização da vida negra e o signo da morte inscrito sob a pele negra.

O acontecimento é portador de uma diferença e de uma ruptura. Ele rompe o esperado, a normalidade; ele quebra uma sequência e, num primeiro momento, desorganiza o nosso presente. Ele penetra sem aviso prévio, e gera um impasse. O desdobramento se vê comprometido. O acontecimento gera uma interrogação (FRANÇA, 2012, p.13).

É esse conceito de acontecimento que nos permite, neste trabalho, compreender essa execução além de sua concretude, como mostramos no tópico anterior.

A morte de Marielle: um acontecimento necropolítico

Como todos os cidadãos brasileiros acompanharam, a morte de Marielle Franco evocou deliberações no mundo sócio-histórico compartilhado sobre como as categorias de raça, gênero, sexualidade e classe são preponderantes na definição de quem vive e

¹⁴ Disponível em: <<http://bit.ly/2muxrjn>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

quem morre. E, assim, esses eixos ganharam visibilidade, para além do assassinato de fato, adquirindo dimensões e desdobramentos através das interações que acontecem e tratam desse acontecimento. Ou seja, a morte da vereadora se constituiu em uma experiência fundante de “encontro, interação, confrontação e determinação recíproca” (QUÉRÉ, 2005, p.70). E é com base nessas reverberações que nomeamos essa ocorrência como um acontecimento necropolítico.

Em nosso cotidiano, o termo *acontecimento* se apresenta sob os mais diversos sentidos. Predominantemente, utilizamos essa expressão como sinônimo de uma ocorrência ou de um fato. Em dizeres entusiasmados como: “aquilo foi um verdadeiro acontecimento! ”, destacamos experiências que chamam a nossa atenção, que se distinguem das demais por se apresentarem de forma marcante. Essa dimensão singular do acontecimento também é evidenciada em reflexões acadêmicas do conceito. E é justamente dessas reflexões que nos aproximamos.

O primeiro conceito que apresentamos é o de *experiência*, um alicerce teórico central da noção de *acontecimento*. Em uma perspectiva pragmatista¹⁵, filiamos-nos às discussões sobre *experiência* desenvolvidas na obra de John Dewey (2010), para quem tal fenômeno tem uma dimensão relacional e não diz respeito apenas ao estar no mundo, mas diz de como interagimos com esse mundo e com os outros indivíduos na vida cotidiana. Portanto, segundo essa perspectiva, a experiência diz de uma *transação* — uma ação acompanhada de uma reflexão. Ou seja, para o filósofo, a *experiência* é constituída em um duplo movimento, de um agir e um sofrer.

Louis Quéré ao retomar o conceito de experiência, em uma entrevista, tal como trabalhado por Dewey (2010), elucida esse duplo movimento ao dizer que

é preciso ter alguma coisa que resista à apreensão, e que nos atinja pela sua resistência. É daí que vem a experiência. Então nós podemos pensar,

¹⁵ O Pragmatismo teve sua origem no final do século XIX, em reuniões de um grupo denominado *The metaphysical club* (O clube metafísico), que tinha como objetivo contestar a abordagem metafísica que então vigorava na filosofia. Em termos etimológicos, a palavra *pragmatismo* compartilha a mesma origem do vocábulo *práxis*, enquanto “ato”, “ação” e também “fato”. Nesse sentido, o pragmatismo é uma abordagem filosófica que se baseia no valor da ação, sendo a ação constituidora do mundo das ideias. Segundo Thamy Pogrebinski (2005,p.26-62), os três pilares do pragmatismo são: 1) anti-fundacionalismo: rejeição a qualquer princípio permanente ou dogma, entre outros tipos de fundações possíveis ao pensamento; 2) consequencialismo: ênfase dada às consequências do ato, ou seja, às ações futuras, aos efeitos práticos trazidos; 3) contextualismo: destaque para o valor do contexto no desenvolvimento de qualquer conceito.

efetivamente, porque ele, em seu conceito geral de experiência, tem uma ideia de que a experiência é composta por um sofrer e um agir. Não é possível ter experiência sem esse aspecto de sofrê-la, ser tocado por ela. Se ninguém resiste, se não somos afetados... nada acontece. Então há essa ideia, como uma moeda de duas faces. A face do sofrer ou da passividade e a face da reação, da atividade. Uma não é o contrário da outra. Elas vão juntas como as duas faces da mesma moeda (QUÉRÉ, 2011, p. 183)¹⁶

Essa noção é discutida por Dewey em diferentes textos, destacamos o livro *A arte como experiência* (2010), no qual ele nos apresenta sua definição com as seguintes palavras:

Talvez possamos ter uma ilustração geral, se imaginarmos que uma pedra que rola morro abaixo tem uma experiência. Com certeza, trata-se de uma atividade suficientemente “prática”. A pedra parte de algum lugar e se move, com a consciência permitida pelas circunstâncias, para um lugar e um estado em que ficará em repouso em direção a um fim. Acrescentemos a esses dados externos, à guisa de imaginação, a ideia de que a pedra anseia pelo resultado final; de que se interessa pelas coisas que encontra no caminho, pelas condições que aceleram e retardam seu avanço, com respeito à influência delas no final; de que age e sente em relação a elas conforme a função de obstáculo ou auxílio que lhes atribui; e de que a chegada final ao repouso se relaciona com tudo o que veio antes, como a culminação de um movimento contínuo. Nesse caso, a pedra teria uma experiência, e uma experiência com qualidade estética (DEWEY, 2010, p.115).

Nesse sentido, para Dewey, a experiência é contínua e tem um papel transformador: de dupla afetação do sujeito e do mundo. E neste processo, de interpretar as coisas do mundo, que o sujeito convoca seu repertório existente e se apropria dos sentidos negociados, atualizando-o. Assim, a experiência se torna própria ao sujeito, que pode, então, descrevê-la como “pertencente a ele”, configurando um processo interativo entre o indivíduo e a sociedade. Como é o caso das pessoas que comentaram, compartilharam, criaram notícias, fatos e reações sobre a morte da vereadora.

Outro apontamento de Dewey (2010) é a distinção entre “experiência” e “*uma* experiência”. A primeira pode ser entendida como experiência incipiente, em que há dispersão. A segunda, por sua vez, diz respeito a *uma* experiência que marca os sujeitos por sua singularidade, seu caráter individualizador. Segundo, ele

em *uma experiência*, o fluxo vai de algo para algo. À medida que uma parte leva a outra e que uma parte dá continuidade ao que veio antes, cada uma ganha distinção entre si. O todo duradouro se diversifica em fases sucessivas

¹⁶ LAGE, Leandro Rodrigues; SALGADO, Tiago Barcelos Pereira. 2011. Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos. Entrevista com Louis Quéré. Revista Eco Pós, 176- 183.

que são ênfases de suas cores variadas. [...] [Ela] tem uma unidade que lhe confere seu nome: aquela refeição, aquela tempestade, aquele rompimento de amizade (DEWEY, 2010, p. 111-112).

Essa diferenciação também é feita por Louis Quéré (2005), para quem as experiências são um sucessivo devir de “acontecimentos, que podem ser planejados ou inesperados; alguns são mais marcantes do que outros na trajetória da qual fazem parte” (QUÉRÉ, 2005, p. 59). Assim, ainda para o autor, *uma experiência* “assume uma dimensão singular ao promover o arrebatamento da criatura viva da experiência ordinária, sendo uma experiência que se desenvolve de maneira organizada até a sua completude” (SALGADO, 2012, p.87).

E é essa perspectiva, sobre *uma experiência*, que orientará nossa compreensão sobre o conceito de acontecimento.

Um acontecimento é estritamente o que sobressai, o que é saliente, a consequência mais notável, o ponto culminante. Ele implica um conceito teleológico; descrevê-lo e narrá-lo só é possível mediante sua delimitação por um começo e por um ponto final, como um intervalo entre esses dois pontos [ou seja, no fundo, mediante sua formulação como intriga]. (DEWEY, 1993 *apud* QUÉRÉ, 2012, p.23, tradução nossa)

Para além da ruptura e da afetação do sujeito, segundo Quéré

só há experiência quando há transação entre duas coisas que são exteriores uma à outra, por exemplo, entre um organismo e um meio que o rodeia, em que cada um é afetado pelo outro e reage segundo a sua constituição. [...]Uma pessoa não se limita a suportar o acontecimento, responde-lhe. (QUÉRÉ, 2005,p.68-69).

Em uma conferência *The philosophy of the present*, George Herbert Mead argumenta que o mundo é “um mundo de acontecimentos” (MEAD, 1932, p. 51). Essa argumentação aponta para as temporalidades na emergência de um acontecimento. Isto é, quando um acontecimento advém à existência, como algo novo na realidade e se inscreve, no presente — o tempo que está sendo vivido —, ele instaura imediatamente um passado e um futuro (QUÉRÉ 2005, p. 63), realizando um corte na cotidianidade da vida.

Tão logo um acontecimento surge, os sujeitos buscam restabelecer a continuidade do mundo, fazem isso procurando no passado anúncios de sua ocorrência, para, assim, localizarem-se restabelecendo certo equilíbrio e ordem. Todavia, algo importante é que

esse passado não existia antes do acontecimento, ele é revelado pelo próprio acontecimento (MENDONÇA, 2007, p 121). Dito de outra forma, é se produzindo que “ele manifesta a sua possibilidade e que revela diferentes potencialidades (porque as atualizou) e eventualidades (porque é possível inferi-las do que se passou) preexistentes” (QUÉRÉ, 2005, p. 7). Assim, o acontecimento revela passados e instaura futuros possíveis.

Dessa forma, acreditamos ainda que o

verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente. Quer dizer que ele afeta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reações e respostas mais ou menos apropriadas. É por que ele acontece a alguém que ele “se torna”, para retomar a definição de Mead (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

França (2012) destaca que *o acontecimento faz falar*. Ela convoca as considerações de Quéré (2012) para explicar sobre o assunto, mostrando que o “fazer falar” concede uma *segunda vida* ao acontecimento: “a primeira vida é da ordem do existencial [...]. A segunda vida é o acontecimento tornado narrativa, tornado um objeto simbólico” (FRANÇA, 2012, p.14).

Para elucidar: a dimensão da existência, ou primeira vida do acontecimento, fica evidente ao olharmos para a multiplicidade de ocorrências que emergem em sua concretude na experiência dos sujeitos. Elas perpassam, dialogam e se entrecruzam com nossas vidas cotidianas. Ao se tornar um objeto simbólico, em sua segunda vida, o acontecimento pode ser apreendido por sua dupla dimensão de poder, seu poder de afetação e seu poder hermenêutico (SIMÕES, 2012).

Uma ocorrência só se torna acontecimento em função da presença de sujeitos que serão afetados direta ou indiretamente. “O acontecimento se mede pela sua capacidade objetiva de afetar, por aquilo que de fato ele traz como potencial de mudança, e pela maneira como se insere no domínio da vida e das práticas sociais”. (FRANÇA; ALMEIDA, 2008). E, nesse processo, a própria ocorrência é atualizada pelos sujeitos atravessados, que se apropriam dela, em um processo de mútua afetação, no qual sentidos são postos em circulação.

É a partir desse universo de sentidos desencadeados que se torna possível apreender a segunda potencialidade do acontecimento, seu poder hermenêutico. Para Quéré,

os acontecimentos se tornam, eles próprios, fonte de sentido, fonte de compreensão e fonte de redefinição da identidade daqueles que afetam. Nessa perspectiva, em que o acontecimento vem antes dos sujeitos e das situações, é o que ele se torna através de seu percurso, e os efeitos de sentido que produz, que contribuem para individualizá-lo. É nesse sentido que se pode falar de um poder hermenêutico do acontecimento (QUÉRÉ, 2010, p. 35).

O poder hermenêutico do acontecimento também pode ser evidenciado na medida em que um acontecimento é capaz de “desvelar o não visto, iluminar o opaco, estabelecer distinções que não haviam sido percebidas. [...] ele rompe uma sequência e quebra as expectativas, uma interrogação e um vazio se colocam” (FRANÇA, 2012, p. 13). Configura-se como fenômeno revelador que emerge criando múltiplas possibilidades de interpretação da realidade e do campo problemático no qual ele se inscreve. Ele estimula o acionamento de novos quadros de sentido, proporcionando um alargamento do horizonte dos possíveis. É neste sentido que se pode dizer que ele é dotado de um poder hermenêutico.

A nosso ver, foi exatamente isso o que aconteceu a partir do dia 14 de março, as manifestações sobre a morte de Marielle tomaram as ruas de todo o país e até algumas instituições, como os tribunais STF, STJ, TSE. Na sessão plenária, o ministro Luís Roberto Barroso assegurou que “*a única homenagem que a gente pode prestar a quem luta por justiça e por igualdade é continuar a luta por justiça e por igualdade*”. Por sua vez, a Ministra Cármen Lúcia se manifestou em declaração dizendo que “*no caso de Marielle, morre um pouco de cada uma de nós. Fica viva sua luta por justiça e igualdade. E o nosso compromisso de continuar com ela. Assim, ela continua conosco*”¹⁷.

Para além das ruas, o legado, a vida e a morte de Marielle foram tematizados de forma avassaladoras nas redes sociais. Segundo Fábio Malini, coordenador do Laboratório de Estudos de Internet e Cultura, o Labic, da Universidade Federal do Espírito Santo, o acontecimento rendeu 3,573 milhões de tuítes. Na noite de quarta, foram registrados 594 tuítes por minuto sobre o tema. Nas 42 horas seguintes, o crime

¹⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/2kOvm1b>>. Acesso em 28 de set. de 2019

mobilizou 400 mil usuários do *Twitter* em 54 países e 34 idiomas¹⁸. Segundo o mesmo pesquisador, o recorde de mobilização política havia ocorrido no impeachment de Dilma Rousseff, mas no caso do assassinato de Marielle foram 200 mil tuítes a mais e em menos tempo.

Partindo da compreensão dos poderes de um acontecimento, e por acreditarmos que todo e qualquer acontecimento não deve ser entendido por si só, mas na afetação que provoca a alguém, é que propomos um olhar para os significados e os sentidos presentes nas postagens póstumas e difamatórias sobre a vereadora Marielle Franco, para entendermos o que eles dizem da sociedade brasileira.

Procedimentos metodológicos e Análise

A maior parte do material difamatório já foi retirada do ar após ações judiciais movidas pela viúva, a irmã e o partido de Marielle (PSOL). Assim, nosso *corpus* está ancorado na edição de 18 de março de 2018 do programa Fantástico¹⁹, que dedicou 40 minutos de sua programação para tratar do assunto e, aos 28min32, usa todo um segmento sobre as notícias falsas as desmentindo ponto a ponto.

Para fins metodológicos, operacionalizamos o poder hermenêutico do acontecimento, criando uma grade analítica decorrente da reflexão acerca da individuação do acontecimento realizada por Louis Quéré²⁰. Dessa forma, em cada um dos boatos citados no programa, investigamos: (1) quem são os autores, (2) qual é o conteúdo, (3) como foi a repercussão, (4) quais sentidos e valores são colocados em circulação, a partir desse conteúdo, e (5) o que esses sentidos e valores revelam sobre a sociedade brasileira contemporânea. Nossos achados podem ser verificados a seguir.

(1) Quem são os autores

Na matéria do Fantástico, são apresentados três personagens que publicaram

¹⁸ Disponível em: <<http://bit.ly/2mtQ6M4>>. Acesso em 28 de set. de 2019.

¹⁹ Disponível em <<https://glo.bo/2mhokCa>>. Acesso em: 22 set. 2019

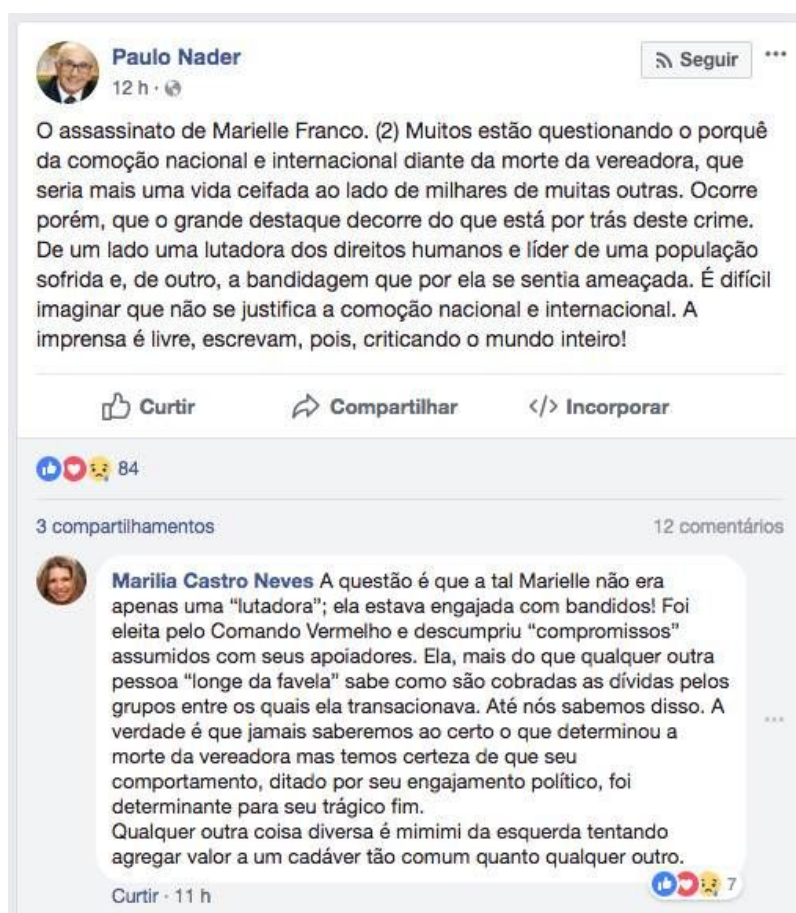
²⁰ A reflexão desse autor já foi apropriada na construção de diferentes grades analíticas: Simões, 2012; França, 2013.

mensagens com informações falsas sobre a vereadora Marielle Franco: a desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio; o Deputado Federal Alberto Fraga do DEM-DF; e o perfil em rede social do delegado Jorge Ferreira da polícia de Pernambuco.

(2) Qual é o conteúdo

Como foi apontado anteriormente neste artigo, por meio de ações judiciais de pessoas próximas a Marielle Franco, todas as mensagens falsas foram apagadas e, portanto, não é possível analisar a repercussão nas publicações e, tão pouco, reproduzi-las em seu formato original e diretamente da fonte. Porém, recuperamos prints divulgados em matérias de três portais: Veja, G1 e O Dia. Assim como essas mesmas mensagens foram também divulgadas na reportagem do Fantástico, nosso *corpus* utilizado para esse trabalho.

A mensagem publicada pela desembargadora Marília Castro Neves foi realizada poucos dias após o assassinato da vereadora Marielle Franco. Nela, Marília Castro afirma, em uma resposta a outra publicação, que “a tal Marielle não era apenas uma "lutadora"; ela estava engajada com bandidos” e que a vereadora teria sido eleita por uma facção criminosa. Abaixo, reproduzimos a mensagem a partir de uma reportagem do site da revista Veja:



Comentário de Marília Castro sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco
(Reprodução/Veja/Facebook)²¹

Já o deputado federal Alberto Fraga do partido DEM do Distrito Federal, publicou no dia 17 de março de 2018, na rede social Twitter, uma mensagem que afirmava que a vereadora Marielle Franco teria engravidado aos 16 anos e teria sido casada com o traficante de nome Marcinho VP. Reproduzimos a publicação a partir de uma reportagem do site G1:

²¹ Disponível em: <<http://bit.ly/2m8JBxR>>. Acesso em: 22 set. 2019



Alberto Fraga  @alberto_fra... · 8h 

Conheçam o novo mito da esquerda, Marielle Franco. Engravidou aos 16 anos, ex esposa do Marcinho VP, usuária de maconha, defensora de facção rival e eleita pelo Comando Vermelho, exonerou recentemente 6 funcionários, mas quem a matou , foi a PM.

 397

 290

 592



Comentário de Alberto Fraga sobre a vereadora Marielle Franco (Reprodução/G1/Twitter)²²

A reportagem do Fantástico apresenta uma terceira fonte de publicações de notícias falsas a respeito da vereadora Marielle Franco, como sendo o perfil no Facebook com o nome do delegado Jorge Ferreira da polícia de Pernambuco. Em sua mensagem, o perfil teria reproduzido o teor divulgado nas duas outras mensagens apresentadas anteriormente neste artigo.

Jorge Ferreira

Se envolve com o narcotráfico, vira mulher de bandido, troca de facção criminosa, é assassinada pelos "mano", aí vêm a esquerda patética por a culpa nas instituições policiais. Vá se fu, dona Marielle. Já foi tarde. Detesto bandido e quem os defende odeio mais ainda.

Comentário em perfil de Jorge Ferreira sobre a vereadora Marielle Franco (Reprodução/O Dia/Rede social)

23

(3) Como foi a repercussão

Através da reportagem do Fantástico, a repercussão a qual tivemos acesso se limita apenas ao desenrolar desses três casos. Assim, o Fantástico checkou as informações com a família de Marielle Franco a respeito das mensagens publicadas pela

²² Disponível em:<<https://glo.bo/2ktSACc>>. Acesso em: 22 set. 2019

²³ Disponível em:<<http://bit.ly/2kNPpwL>>. Acesso em: 22 set. 2019

desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio, o Deputado Federal Alberto Fraga do DEM-DF, e o perfil do delegado Jorge Ferreira da polícia de Pernambuco. Marielle Franco teve a única filha aos 19 anos e nunca foi casada com o traficante Marcinho VP (a reportagem ressalta que existiam dois, um faleceu em 2003 e o outro está preso até a data de exibição da matéria). O pai da filha de Marielle, Luyara, se chama Glauco dos Santos.

A reportagem também afirma que Marielle Franco foi eleita com votos de todas as zonas eleitorais do Rio, e, além do Complexo da Maré e das comunidades onde atuava, ela teve 40% dos seus votos na Zona Sul e na Barra da Tijuca. É apresentado que a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco comunicou que afastou o delegado Jorge Ferreira do plantão da Delegacia da Mulher, por causa das suas declarações e que o conteúdo das postagens foi encaminhado à Corregedoria Geral. O delegado, por sua vez, negou que tenha feito as postagens e registrou uma queixa na delegacia por difamação. Na reportagem do Fantástico, Jorge Ferreira afirma que: “é muito grave isso, minha imagem ta sendo denegrida. Eu to sendo atacado em todos os lugares como se eu tivesse feito uma coisa que eu não fiz. Eu repudio veemente isso” (*sic*).

A reportagem do Fantástico ressalta a gravidade da reprodução de publicações falsas, principalmente quando os autores são autoridades, e apresenta uma fala do então presidente da OAB do Rio de Janeiro, Felipe Santa Cruz, sobre as fake news: “O que reproduzimos sem verificação nas redes sociais fala sobre nós. Nós não podemos fazer isso, é gravíssimo. Nós estamos falando de outro, nós estamos falando de uma pessoa. Quando uma autoridade faz isso, sem verificar a veracidade do que está falando, ela está na verdade cometendo um crime, difamando, caluniando. Ela está traindo o seu compromisso profissional, está traindo seu papel público”.

(4) Quais sentidos e valores são colocados em circulação, a partir desse conteúdo

As calúnias contra a vereadora podem ser divididas em quatro grandes grupos: *mulher de bandido, eleita por bandidos, usuária de drogas e ter engravidado na adolescência*. Essas nomenclaturas acionam quadros de sentidos que deslegitimam Marielle em diversas dimensões, as principais são: *sua idoneidade*, visto que seria

usuária de drogas, em vez de uma jovem mulher que se engajou na política após uma perda trágica e transformou seu luto em militância; sua *atuação em prol da juventude negra*, visto que ela mesmo teria sido uma jovem grávida, em vez de uma mulher que se casou jovem e teve uma filha dentro de uma instituição moralmente e religiosamente constituída e aceita, o casamento; a *capacidade intelectual, discursiva e mobilizatória* da vereadora, pois teria sido eleita apenas por seus supostos pares e em vez de alguém eleita por seus inimigos sociais históricos, os moradores da zona sul e, por fim; *desestabiliza sua identidade de gênero e sua orientação sexual*, visto que é descrita como mulher de bandido, em vez de uma mulher em um relacionamento estável com outra mulher, assumida para a família e com planos para oficializar tal união.

Filiamo-nos a Sueli Carneiro (2005) para dizer que esses discursos colocam em circulação o que a sociedade pensa sobre pessoas racializadas. A raça, enquanto marcador dos sujeitos brasileiros, “corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana” (2005, p.31). Nesse contexto, ser branco e ser negro é ser visto pela sociedade por meio de uma lente que encerra em si “valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos pólos das racialidades” (CARNEIRO, 2005, p.31). O que significam esses valores será discutido no tópico a seguir.

(5) O que esses sentidos e valores revelam sobre a sociedade brasileira contemporânea

Todo esse entrecruzamento de discursos calunioso evidenciam valores compartilhados sobre raça e gênero pela sociedade e criam uma rede intersubjetiva de significados sobre a memória de Marielle Franco. Isso é importante porque são essas construções intersubjetivas sobre um tema que fundam um mundo simbólico para os sujeitos e nos próprios sujeitos sobre esse tema. Assim, embora oficialmente não exista comprovação de nenhum desses discursos, a memória de Marielle é, permanentemente, reconfigurada e passa carregar em si esse *status* do “algo errado”, “algo desviante”. Esse *status* gera uma “identidade-social” estigmatizada (GOFFMAN, 1988, p.5) — mesmo que nada disso tenha a ver com o comportamento da vereadora em vida.

Segundo Goffman, estigma “é a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p.7). Ele destaca que existem três tipos de estigmas: 1) deformidade física; 2) as culpas de caráter individual; e 3) os estigmas coletivos. Interessante notar aqui que as calúnias sobre Marielle Franco abarcam as três formas de estigma. O ponto importante aqui é: marcas de estigma sobre qualquer sujeito alteram sua forma de vida na sociedade, na medida em que ele “poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN, 1988, p.7). Entretanto, quando a calúnia começou Marielle já estava morta, não havia qualquer possibilidade de uma interação social com seu corpo, logo, a pergunta que fazemos é: porque foi preciso inviabilizar a interação da sociedade com a memória da vereadora?

Segundo diversos autores, as características do racismo no Brasil tem suas principais bases em dois fenômenos históricos: as políticas de *embranquecimento* e o *mito da democracia racial*. O primeiro teve como base a ideia da aniquilação gradual da população negra e o segundo romantizou as hierarquias e sistemas sociais e raciais que organizam tanto os privilégios quanto às desigualdades (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Essas perspectivas podem ser encontradas em Gilberto Freyre (1933), em Donald Pierson (1942) e em Thales de Azevedo (1955).

No final do século XIX, o Brasil era recorrentemente descrito como uma imensa nação mestiça, a tal ponto que, em julho de 1911, João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi convidado para participar do I Congresso Internacional das Raças, no qual apresentou um trabalho que tinha como tema a meta e a perspectiva do branqueamento da população brasileira — o que, segundo ele, aconteceria em um século ou três gerações. Ainda segundo Schwarcz e Starling (2015), todo momento pós-abolição é marcado por esses discursos que biologizavam o racismo.

Isto posto, para nós, a política de *embranquecimento* e o *mito da democracia racial* parecem funcionar como matrizes que regulam as interações da sociedade brasileira. E, como essas duas perspectivas se baseiam na eliminação do sujeito negro, elas acabam por constantemente criar uma sociedade cuja capacidade epistemológica de “apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de

acordo com normas que a caracterizam como uma vida” (BUTLER, 2015). Como as mulheres negras, grupo social no qual Marielle se enquadra, estão duplamente fora dessas normas — por não serem nem branca, nem homens — e ocupam uma posição de “outro do outro”, uma dupla alteridade resultante de uma dupla antítese, da branquitude e da masculinidade, elas não são contadas como vida. E as calúnias criam factóides para continuar alimentando essa deslegitimação também em relação a sua memória.

Dessa forma, esses sentidos revelam o que afirma Muniz Sodré: no Brasil houve “abolição nas relações, mas não nos vínculos” (2018, p.11). Isto é, para o autor, embora a categoria raça inexistia do ponto de vista biológico e a escravidão tenha sido eliminada dos sistemas jurídico e social, há constantemente um agenciamento da racialidade como recurso para discriminação e hierarquização das posições de classe social. É nesse sentido que a morte e as calúnias póstumas sobre Marielle “é a metáfora extrema de tudo que há pra dizer sobre racismo e desigualdade” (CARNEIRO, 2018)²⁴ na sociedade brasileira.

A natureza de tais enunciações, por sua vez, condensam o que foi descrito por Kimberlé Crenshaw, como interseccionalidade, a saber:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Isto é, se sobre o corpo negro de modo geral pesam, ainda hoje, opressões de raça, sobre o corpo da mulher negra se sobrepõem opressões de raça, de gênero, de classe e de sexualidade — podendo haver outras opressões.

É nesse sentido que, nas calúnias, a classe e a raça são agenciadas ao mesmo tempo na medida em que Marielle é reduzida a *usuária de drogas eleita por bandidos*. Afinal, como é reiterada incansavelmente por agentes públicos do Estado, a sociedade brasileira está em guerra contra as drogas (a guerra e um inimigo são características da necropolítica). Há forma melhor de aniquilar uma pessoa ou sua memória do que transformá-la em parte do grande inimigo da nação? E sendo essa a associação, é

²⁴ Disponível em <<http://bit.ly/2mHx30X>>. Acesso em: 22 set. 2019

possível pensar que esse acontecimento também revela contra quem realmente é a chamada guerra contra as drogas.

O gênero e a sexualidade de Marielle são atacados quando a caracterizam como uma *adolescente que engravidou e se casou com um bandido*. Marielle engravidou ainda jovem, mas aos 19 anos, não antes dos 18 como foi dito. Ela se casou com um homem, pai de sua filha, não com o traficante citado nas calúnias. Os sentidos desencadeados por esses enunciados invisibilizam uma série de comportamentos e tentam recolocar Marielle no que é esperado de uma mulher negra e periférica. Entretanto, ao contrário desse desejo, a vereadora constitui, sim, uma família nos moldes tradicionais — inclusive, em seu relacionamento homoafetivo, no qual ela tinha um relacionamento estável e estava de casamento marcado, além de morar com sua companheira e sua filha.

As calúnias também revelam sobre a sociedade brasileira o que os pesquisadores da Georgetown Law, uma universidade da cidade de Washington, descobriram sobre a sociedade americana. Segundo esses, em um relatório denominado “Infância Interrompida: O Apagamento da Infância de Crianças Negras”²⁵ (em tradução do inglês), a sociedade acredita que as meninas negras precisam de menos proteção e acolhimento pois são mais independentes, sabem mais sobre sexo e, portanto, são menos inocentes. Os dados revelam ainda que esse olhar diferenciado começa quando a criança tem cerca de cinco anos e se acentua aos dez anos. A instituição entrevistou 325 adultos com perfis variados — diferentes etnias, escolaridade, residentes em várias regiões —, sendo 74% dos entrevistados pessoas brancas, 62% mulheres e 30% entre 25 e 34 anos de idade.

Isto posto, verificou-se que Marielle foi, desde o seu nascimento até a sua morte, a síntese do termo interseccionalidade (CARNEIRO, 2018)²⁶, e quando passou a ocupar um lugar de poder e de visibilidade, carregando suas múltiplas identidades — mulher negra, favelada, mãe solo, bissexual e ativista dos direitos humanos —, tornou-se um corpo impróprio e contrário à massiva produção dos corpos subalternizados dóceis, adestrados e maximizados para rentabilidade e para retroalimentar o sistema colonizador e capitalista (CARNEIRO, 2005). Quando sua memória ameaçou ocupar o lugar do qual seu corpo foi eliminado, seus caluniadores trataram de tentar aniquilar essa memória

²⁵ Disponível em <<http://bit.ly/2mj5GKb>>. Acesso em: 22 set. 2019

²⁶ Disponível em <<http://bit.ly/2mHx30X>>. Acesso em: 22 set. 2019

também.

Considerações finais

O objetivo deste artigo é o de apontar o potencial que um acontecimento necropolítico tem para revelar as questões raciais e de gênero no Brasil. Para tanto, tomamos como objeto de análise dos significados e dos sentidos presentes nas postagens póstumas e difamatórias sobre a vereadora Marielle Franco. Assim, tomamos o homicídio da parlamentar como um acontecimento necropolítico.

Em nossa análise se destacaram três autores das calúnias: a desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio; o Deputado Federal Alberto Fraga do DEM-DF; e o perfil em uma rede social do delegado Jorge Ferreira da polícia de Pernambuco. Em suas mensagens, cada um desses sujeitos enunciou, no mínimo uma e no máximo todas, as seguintes calúnias sobre a vida de Marielle Franco: [ela era] *mulher de bandido*, [ela foi] *eleita por bandidos*, [ela era] *usuária de drogas* e [ela] *engravidou na adolescência*. Nosso *corpus* também trouxe a verificação da veracidade de cada uma dessas acusações e todas são falsas.

Diante disso, nossa análise mostrou que tais enunciados constroem uma identidade social estigmatizada para a parlamentar e isso só acontece porque a sociedade brasileira herdou da interação entre colonizados e colonizadores *um sistema de conhecimento de grupo*²⁷ que continua a irrigar nosso cotidiano, perpetuando valores e vínculos escravocratas, exploratórios e desumanizantes nas relações sociais e raciais até os dias de hoje.

Segundo diversos autores, nossas principais heranças, ou *sistemas de conhecimento de grupo*, se manifestam em dois fenômenos: no *embranquecimento* e no *mito da democracia racial*. Ambos tiveram como base valorativa o aniquilamento e o silenciamento do corpo e da história do povo negro. Em outras palavras, a eliminação física e simbólica das diferenças. No acontecimento de morte de Marielle Franco, esse

²⁷ Uma forma de pensar previamente estabelecida que funciona como uma receita que serve tanto como um código de interpretação das ações dos sujeitos, quanto como um código de expressão dos sujeitos (SCHUTZ, 2010, p.121).

valores são retomados e atualizados da seguinte forma: primeiro no aniquilamento da diferença corpórea que chegava ao poder e, assim, conseguia visibilidade; e no aniquilamento da memória que estava, em poucos minutos, já assumindo o lugar do corpo.

Como nota pessoal, nós, autoras, entendemos que, embora o genocídio simbólico tenha demonstrado a pouca valoração da vida e da memória do povo negro como uma herança colonial que ainda resulta em um desejo contínuo de matar o povo negro, a memória de Marielle Franco superou esse segundo aniquilamento, o simbólico, e, hoje, ganha vida e homenagens: ruas e jardins levam seu nome, bolsas de estudos foram criadas em sua memória, seus projetos de lei foram aprovados e, a cada dia, novas manifestações tensionam nossas heranças escravocratas.

Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2009] 2015.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002

DEWEY, John. **A arte como experiência.** Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Editora Martins, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Crise da medicina ou crise da antimedicina. **Verve**, São Paulo, n.18, out. 2010, p.167-194.

FRANÇA, Vera Regina Veiga; ALMEIDA, Roberto. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. **Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 6, n. 2, dez. 2008

FRANÇA, Vera Regina Veiga. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). **Acontecimento: reverberações.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012b. p. 39-51.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder

no pensamento de Michel Foucault. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 set. 2019

GOFFMAN, Ervin. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

LIMA, Fátima.. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** (Rio de Janeiro. 1979), v. 70, p. 20-33, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, v. 32, 2016, p. 123-151.

MEAD, George Hebert. 1932. **The philosophy of the present**. La Salle (Illinois): Open Court

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Movimentos Sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público**. Lua Nova, v. 72, p. 115-142, 2007.

PELBART, Peter Pál. **Necropolítica Tropical – Fragmentos de um pesadelo em curso**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo: teoria social e política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005

QUÉRÉ, Louis. 1991. **De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico**. Tradução de Vera Lúcia Westin e Lúcia Lamounier. [Original: D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique. Réseaux, 46/47, Paris, Tekhné, mar-abril 1991

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera R. V.; OLIVEIRA, Luciana de. (orgs.). **Acontecimento: reverberações**. B. Hte: Autêntica, 2012, p. 21-38.

SALGADO, Tiago Barcelos Pereira. A constante experiência do self: aproximações conceituais entre Dewey e Mead. **Verso e Reverso**, v. 26, n. 62, p. 83-91, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SODRÉ, Muniz. Uma lógica perversa de lugar. Rio de Janeiro: **Eco-Pós**, 2018. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/22524/12624. Acesso em 01 abr. 2019. SUPER